

DISCIPLINAS E PROFESSORES

PÓS-GRADUAÇÃO EM ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO



ENCONTROS QUINZENAIS

AULAS REMOTAS AO VIVO

SEGUNDAS E
TERÇAS-FEIRA
Das 19h às 22h30

PÓS
UCEFF
uma jornada
de sucesso

Inspire,
influence
& lidere



uceff
Pós-graduação

CAMOSC[®]
Câmara de Arbitragem e Mediação do Oeste de Santa Catarina



Certificado com reconhecimento da Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina – Formação em Mediação Judicial padrão Conselho Nacional de Justiça/CNJ.



O curso de Pós-graduação em Arbitragem, Mediação e Conciliação tem por objetivo formar conciliadores e mediadores extrajudiciais e judiciais e capacitar profissionais para atuarem na Arbitragem, possibilitando o desenvolvimento de importantes competências como negociação, oratória, criatividade e estratégia jurídica. Este curso é coordenado pela CAMOSC – Câmara de Arbitragem e Mediação do Oeste de Santa Catarina, primeira e atualmente única câmara privada credenciada e reconhecida pela Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina como instituição formadora em Conciliação e Mediação Judicial, conforme Portaria AJ n. 10 de 16 de outubro de 2024. A CAMOSC é também credenciada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina para atuar em conciliações e mediações em processos judiciais.

Certificações

Este curso de Pós-graduação possui dupla diplomação:

- 1ª Diplomação: pela UCEFF Faculdades ante a conclusão da Pós-Graduação, que capacitará o aluno a atuar na Arbitragem e, assim, possibilitar considerável ampliação de sua área de atuação profissional. O Corpo Docente deste curso é composto por profissionais que já atuam na Arbitragem e possuem grande experiência, assim, contribuirão significativamente na construção de novas possibilidades profissionais. O diploma do curso integral e total da Pós-graduação é emitido pela UCEFF.
- 2ª Diplomação: pelo Poder Judiciário de Santa Catarina através da Camosc, que é a única câmara privada catarinense atualmente credenciada pela Academia Judicial do TJSC para formar Mediadores Judiciais. O Mediador Judicial é auxiliar da justiça, cujo credenciamento e remuneração junto ao TJSC está regulado pela Resolução TJSC n. 18 de julho de 2018 e Resolução STF n. 271 de dezembro de 2018. O diploma da parte do curso que trata da Conciliação e Mediação, é emitido pela Camosc.

Público

Advogados, psicólogos, administradores, contadores, gestores de pessoas, empresários, empreendedores, empregadores, estudantes, profissionais das mais diferentes áreas que atuem ou possam atuar de alguma forma na Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação.

Investimento

R\$ 13.400,00 a vista.

Opção de parcelamento:

24 x R\$ 630,78

18 x R\$ 817,16

12 x R\$ 1.190,57

ou 6 x R\$ 2.312,15

TRIBUNAL MULTIORTAS

⌚ 4 h/a

- ≡ Introdução aos métodos adequados de solução de conflitos; noções introdutórias à negociação; mediação e conciliação; mediação e conciliação judicial e extrajudicial; conceito de Tribunal Multiportas; valorização dos métodos consensuais de solução de conflitos pelo Código de Processo Civil.

PANORAMA HISTÓRICO DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

⌚ 8 h/a

- ≡ Deontologia do mediador. Psicologia e tratamento das pessoas com relação aos aspectos da ética, do humanismo e da espiritualidade. Legislação brasileira. Projetos de Lei. Lei dos Juizados Especiais. Resolução CNJ n. 125/2010. Novo Código de Processo Civil. Lei de Mediação. Introdução aos métodos adequados de solução de conflitos; números e dados do sistema judiciário brasileiro e direito comparado; noções elementares e introdutórias de negociação; mediação e conciliação; Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça; valorização dos métodos consensuais de solução de conflitos pelo Código de Processo Civil.

A POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS

⌚ 8 h/a

- ≡ Acesso à justiça, mudança de mentalidade, qualidade do serviço de conciliadores e mediadores. Estruturação – CNJ, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. A audiência de conciliação e mediação do novo Código de Processo Civil. Capacitação e remuneração de conciliadores e mediadores.

CULTURA DA PAZ E MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

⌚ 8 h/a

- ≡ Panorama nacional e internacional. Autocomposição e Heterocomposição. Prisma (ou espectro) de processos de resolução de disputas: negociação, conciliação, mediação, arbitragem, processo judicial e processos híbridos.

TEORIA DA COMUNICAÇÃO/TEORIA DOS JOGOS

⌚ 8 h/a

- ≡ Axiomas da comunicação. Comunicação verbal e não verbal. Escuta ativa. Comunicação nas pautas de interação e no estudo do inter-relacionamento humano: aspectos sociológicos e aspectos psicológicos. Premissas conceituais da autocomposição.

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

⌚ 8 h/a

- ≡ Conceito, importância, conscientização e prática da Comunicação Não Violenta.

MODERNA TEORIA DO CONFLITO

⌚ 8 h/a

- ≡ Conceito e estrutura; aspectos objetivos e subjetivos.

NEGOCIAÇÃO

⌚ 8 h/a

- ≡ Conceito: integração e distribuição do valor das negociações. Técnicas básicas de negociação (a barganha de posições; a separação de pessoas de problemas; concentração em interesses; desenvolvimento de opções de ganho mútuo; critérios objetivos; melhor alternativa para acordos negociados). Técnicas intermediárias de negociação (estratégias de estabelecimento de rapport; transformação de adversários em parceiros; comunicação efetiva).

CONCILIAÇÃO

⌚ 8 h/a

- ≡ Conceito e filosofia. Conciliação judicial e extrajudicial. Técnicas (recontextualização, identificação das propostas implícitas, afago, escuta ativa, espelhamento, produção de opção, acondicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade). Finalização da conciliação. Formalização do acordo. Dados essenciais do termo de conciliação (qualificação das partes, número de identificação, natureza do conflito). Redação do acordo: requisitos mínimos e exequibilidade. Encaminhamentos e estatística. Etapas (planejamento da sessão, apresentação ou abertura, esclarecimentos ou investigação das propostas das partes, criação de opções, escolha da opção, lavratura do acordo).

MEDIAÇÃO

⌚ 8 h/a

- ≡ Definição e conceitualização. Conceito e filosofia. Mediação judicial e extrajudicial, prévia e incidental; Mediação (acolhida, declaração inicial das partes, planejamento, esclarecimentos dos interesses ocultos e negociação do acordo). Técnicas ou ferramentas (comediação, recontextualização, identificação das propostas implícitas, formas de perguntas, escuta ativa, produção de opção, acondicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade ou reflexão).

ÁREAS DE UTILIZAÇÃO DA CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

⌚ 8 h/a

- ≡ Empresarial, familiar, civil (consumerista, trabalhista, previdenciária etc.), penal e justiça restaurativa; o envolvimento com outras áreas do conhecimento.

INTERDISCIPLINARIDADE DA MEDIAÇÃO

⌚ 8 h/a

- ≡ Conceitos das diferentes áreas do conhecimento que sustentam a prática: sociologia, psicologia, antropologia e direito.

O PAPEL DO CONCILIADOR/MEDIADOR E SUA RELAÇÃO COM OS ENVOLVIDOS (OU AGENTES) NA CONCILIAÇÃO E NA MEDIAÇÃO

⌚ 8 h/a

- ≡ Operadores do direito (o magistrado, o promotor, o advogado, o defensor público etc.) e a conciliação/mediação. Técnicas para estimular advogados a atuarem de forma eficiente na conciliação/mediação. Contornando as dificuldades: situações de desequilíbrio, descontrole emocional, embriaguez, desrespeito.

ÉTICA DE CONCILIADORES E MEDIADORES – DEONTOLOGIA

⌚ 8 h/a

- ≡ O terceiro facilitador; funções, postura, atribuições, limites de atuação. Código de Ética – Resolução CNJ n. 125/2010.

MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL

⌚ 8 h/a

- ≡ Conceito, características, previsão legal, desenvolvimento e procedimento.

PRÁTICA SIMULADA DE MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL

⌚ 16 h/a

- ≡ Realização de simulações de procedimentos e sessões de mediação extrajudicial.

MEDIAÇÃO NO CONFLITOS CIVIS

⌚ 4 h/a

- ≡ Conceito de Mediação Familiar. Características, matérias e vantagens da mediação em família, sucessões, inventário e partilha.

MEDIAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

⌚ 4 h/a

- ≡ Síntese histórica da Conciliação no Direito Individual e Coletivo do Trabalho e na Justiça do Trabalho. Previsão legislativa da Conciliação e Mediação Trabalhista. Mediação Trabalhista - conceito e desafios para implementação; Procedimento de Jurisdição Voluntária; conceito e funcionamento do CEJUSC-JT.

CONCILIAÇÃO TRABALHISTA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

⌚ 4 h/a

- ≡ Conciliação judicial: conceito, limites, possibilidades e efeitos. Conciliação Extrajudicial: comissão de conciliação prévia, termo de quitação anual, procedimento de jurisdição voluntária, acordos extrajudiciais e extraprocessuais.

MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

⌚ 4 h/a

- ≡ Evolução e consolidação da Mediação na esfera da administração pública brasileira; previsão legislativa; possibilidades e peculiaridades do regime administrativo.

MEDIAÇÃO NO DIREITO IMOBILIÁRIO

⌚ 4 h/a

- ≡ Conceito de Mediação no Direito Imobiliário e situações cabíveis em ações revisionais de locação; controvérsias envolvendo incorporadoras e adquirentes de imóveis; mora da incorporadora e/ou adquirente; relações envolvendo construtora e incorporadora, sobretudo envolvendo Sociedades de Propósito Específico – SPE; relações entre condomínio, condôminos, construtora, incorporadora; relações envolvendo meio ambiente e vizinhanças; entre outros.

MEDIAÇÃO NO DIREITO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA

⌚ 4 h/a

- ≡ Conceito e desafios da Mediação no Direito Penal; conceito e desafios de Justiça Restaurativa e sua efetividade.

MEDIAÇÃO NO DIREITO EMPRESARIAL, SOCIETÁRIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALIMENTAR

⌚ 8 h/a

- ≡ Desafios da mediação empresarial no Brasil. Mediação em conflitos comerciais, empresas familiares, franchising. Características especiais e vantagens da mediação em casos de recuperação judicial, extrajudicial e falimentar.

MEDIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA E NO DIREITO DAS SUCESSÕES

⌚ 8 h/a

- ≡ Conceito de Mediação Familiar. Características, matérias e vantagens da mediação em família, sucessões, inventário e partilha.

INTRODUÇÃO À ARBITRAGEM

⌚ 12 h/a

- ≡ Conceito; histórico brasileiro; legislação de arbitragem; natureza jurídica; direitos patrimoniais disponíveis; princípios; arbitrabilidade; julgamento por equidade; tipos de arbitragem: normal e expedida; aspectos introdutórios ao desenvolvimento prático da Arbitragem.

CONVENÇÃO ARBITRAL E ÁRBITROS

⌚ 12 h/a

- ≡ Convenção Arbitral: natureza jurídica; autonomia; cláusula compromissória; compromisso arbitral; efeitos da convenção arbitral; extensão subjetiva e objetiva da convenção arbitral; cláusula compromissória e eleição de foro; cláusulas arbitrais patológicas e vazias; modelos de cláusulas compromissórias e compromissos arbitrais. Árbitros: capacidade; escolha do árbitro; atributos; impedimento e suspeição; recusa; códigos de ética; independência, competência, diligência, e dever de revelação; substituição do árbitro; responsabilidade civil e penal do árbitro; livre convencimento – a decisão.

PRÁTICA EM ARBITRAGEM

⌚ 4 h/a

- ≡ Diferenças entre arbitragem e processo judicial; técnicas de argumentação; sustentação oral em arbitragem; técnicas de melhor escrita em arbitragem; organização de prova em arbitragem; prova documental; prova testemunhal; técnicas de inquirição de testemunha; e prova pericial.

PROCEDIMENTO ARBITRAL

⌚ 16 h/a

- ≡ Instauração da Arbitragem – procedimentos preliminares, definição da controvérsia, audiência preliminar (reunião inaugural para Termo de Início/Ata de Missão). Incidentes Procedimentais. Desenvolvimento da Arbitragem – fase postulatória, atos, revelia, conciliação; Produção de Provas e Poderes Instrutórios do Árbitro – depoimento das partes, testemunhas, expert witnesses, witness statements, cross examination e outros métodos.

TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E EVIDÊNCIA NA ARBITRAGEM E COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

⌚ 4 h/a

- ≡ Tutelas provisórias de urgência antecedentes; medidas de urgência no curso da arbitragem; limitação da apreciação de tutela de urgência na convenção arbitral; tutela provisória de evidência na arbitragem; cooperação do Poder Judiciário; carta arbitral.

SENTENÇA ARBITRAL

⌚ 8 h/a

- ≡ Sentença Arbitral: prazo; requisitos; sentença parcial; custas e despesas; litigância de má-fé; acordo das partes; pedido de esclarecimento; término do procedimento arbitral; comunicação da sentença arbitral; efeitos – liquidez e título executivo. Invalidação: Nulidade ou anulabilidade; nulidade do compromisso; causas de invalidação; propositura da ação de invalidação; procedimento e efeitos da desconstituição da sentença arbitral; ação declaratória para impugnar jurisdição, procedimento e a sentença arbitral; irrenunciabilidade do direito de propor demanda anulatória; impugnação ao cumprimento de sentença. Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras.

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL

⌚ 4 h/a

- ≡ Cumprimento voluntário. Cumprimento forçado: conteúdo e diversas formas de exigir seu cumprimento; eficácia da sentença declaratória; execução da sentença condenatória ao pagamento de quantia certa; execução da sentença impondo obrigação de fazer e não fazer; execução da sentença impondo obrigação de entrega de coisa; execução da sentença contra a fazenda pública.

ARBITRAGEM TRABALHISTA

⌚ 4 h/a

- ≡ Direitos absolutamente disponíveis e indisponíveis; Arbitragem Individual - empregado hiperssuficiente; convenção arbitral nas relações de trabalho; Arbitragem Coletiva – dissídio coletivo de trabalho; arbitragem por particular e arbitragem pela Justiça do Trabalho; extensão e efeitos.

ARBITRAGEM NO DIREITO EMPRESARIAL, FALIMENTAR E SOCIETÁRIO

⌚ 4 h/a

- ≡ Direitos absolutamente disponíveis e indisponíveis; Arbitragem Individual - empregado hiperssuficiente; convenção arbitral nas relações de trabalho; Arbitragem Coletiva – dissídio coletivo de trabalho; arbitragem por particular e arbitragem pela Justiça do Trabalho; extensão e efeitos.

ARBITRAGEM NO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS DIREITO DAS SUCESSÕES

⌚ 4 h/a

- ≡ Conceito de Arbitragem Familiar. características, matérias, possibilidades, estratégias e vantagens da Arbitragem em família, sucessões, inventário e partilha.

ARBITRAGEM NO AGRONEGÓCIO

⌚ 4 h/a

- ≡ Conceitos, desafios, características e prática da Arbitragem no Agronegócio.

ARBITRAGEM NO DIREITO IMOBILIÁRIO

⌚ 4 h/a

≡ Conceitos, desafios, características e prática da Arbitragem nos negócios e direito imobiliário.

ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

⌚ 4 h/a

≡ Conceitos, desafios, características e prática da Arbitragem envolvendo a Administração Pública.

ARBITRAGEM INTERNACIONAL

⌚ 4 h/a

≡ Normas nacionais e internacionais – Protocolo e Convenção de Genebra, Convenção de Nova Iorque, Convenção do Panamá, Lei Modelo da Uncitral; Arbitragem doméstica e Arbitragem internacional; autonomia privada, escolha da lei e demais regras aplicáveis ao procedimento arbitral; reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras – sentença arbitral nacional e estrangeira, competência do Superior Tribunal de Justiça, procedimento de ação de homologação de sentença arbitral estrangeira, petição inicial e documentos essenciais, rejeições de homologação e invalidades.

ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA

⌚ 4 h/a

≡ Desafios para implementação no Brasil; princípios possibilidades e caminhos; propostas legislativas; questões tributárias arbitráveis; a experiência de Portugal.

DISPUTE BOARD

⌚ 12 h/a

≡ Conceito, princípios, vantagens, estrutura, desenvolvimento do Dispute Board e os desafios para sua maior difusão e adoção.

PRÁTICA SIMULADA DE ARBITRAGEM

⌚ 16 h/a

≡ Conceito, princípios, vantagens, estrutura, desenvolvimento do Dispute Board e os desafios para sua maior difusão e adoção.

LGPD NA ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

⌚ 8 h/a

≡ A proteção e o tratamento de dados aplicados aos procedimentos de Arbitragem, Mediação e Conciliação.

Corpo Docente CONFIRMADO



ANDRÉ ALEXANDRE HAPPKE

≡ Bacharel em Direito pela Univ. Regional de Blumenau (1999), maior nota no Exame do MEC para as Faculdades de Direito do Estado de SC (1999). Especialista em Gestão do Meio Ambiente (Univ. do Oeste de Santa Catarina, 2003) e Mestre em Ciência Jurídica (Univ. do Vale do Itajaí, 2008), Doutor pela Universidade de Alicante (Espanha, 2024). Aluno do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica (Univ. do Vale do Itajaí, 2012 e 2017). E Juiz de Direito no Poder Judiciário de Santa Catarina (aprovado em 1º lugar no concurso de ingresso/2002). Foi Juiz Auxiliar da Presidência do TJSC (2012-2013 e 2014-2016), atuando no orçamento, finanças, precatórios, tecnologia da informação e projetos. Atua na área do Direito, com ênfase em Direito Constitucional, principalmente nos seguintes temas: Direito do Consumidor, Contratos, Direitos Fundamentais, Juizados Especiais e Me todos Consensuais de Resolução de Conflitos. Exerceu, em substituição, o cargo de Juiz Agravado do Estado de Santa Catarina. Foi membro titular da 3ª e da 5ª Turmas de Recursos dos Juizados Especiais de Santa Catarina (Chapeco e Joinville). Convocado para cooperação compôs a 2ª Câmara Comercial do TJSC (2022-2023). Também já exerceu o cargo de Juiz Eleitoral de diversas Zonas do Estado. Foi membro do CIJESC (Comitê de Inteligência Judiciária do Estado de Santa Catarina), biênio 2022-2024. Hoje é 3º Juiz Especial da Capital, atuando na Vara de Execução Fiscal Estadual e 3ª Câmara Comercial; e ainda Juiz Coordenador do CEJUSC Estadual Catarinense (Centro Judiciário de Solução de Conflitos) com abrangência em todo território estadual e no primeiro e segundo graus, e do Núcleo Estadualizado de Serviço de Juizes Leigos. Também é docente de pós-graduação do quadro da Academia Judicial do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e teve atuação na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc) como Professor, Coordenador de Extensão (Mafra, Canoinhas, Chapeco, Joinville) e Diretor de Ensino. Desde dezembro/2016 é Formador Convocado da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam/STJ). Designado Membro Institucional da COJEPMEC (Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais e Núcleo Permanente de Me todos Consensuais de Solução de Conflitos) [biênios 2022-2024 e 2024-2026]. Instrutor e Supervisor de Mediação e Conciliação Judicial (CNJ-Conciliajud/AJ-PJSC).



CRYSTIANE MARIA UHLMANN

≡ Gestora de Conciliação e Mediação de 1 e 2 Graus do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), com vasta experiência na coordenação, mediação e conciliação judicial, além de atuação como instrutora, tutora e supervisora certificada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Recebeu prêmios pelo CNJ nos V e VII Prêmios "Conciliar é Legal", na categoria Instrutores de Mediação e Conciliação, e foi premiada nas III e IV edições do concurso "Boas Práticas do Judiciário". Atualmente, é Coordenadora do Curso de Mediação Judicial da Escola Superior da Magistratura Catarinense (ESMESC), além de Instrutora e Supervisora na Academia Judicial do TJSC. Especialista em Mediação Familiar e Oficinas de Parentalidade, certificada como Supervisora de Mediação Judicial pelo CNJ. Mestranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de pesquisa "Acesso à Justiça e Formas Alternativas de Resolução de Conflitos: a administração da justiça sob o enfoque do diálogo". Seu projeto de pesquisa, intitulado "Desenvolvimento Profissional de Mediadores: O Impacto da Observação e do Feedback Técnico na Formação do Mediador Judicial", foca na melhoria contínua da formação de mediadores. Iniciou e implantou a prática de conciliação e mediação judicial no TJSC utilizando aplicativos digitais, com destaque para o uso do WhatsApp, facilitando o acesso e a participação das partes. Além disso, atua como palestrante e incentivadora da modernização e expansão desses métodos no Judiciário. Possui vasta experiência como instrutora de negociação e mediação de conflitos em diversos tribunais e instituições, como TRT-12, TRT-5, TRT-7, CNMP, MPSC, TJSC, TJBA, TRT-18, MPPA, TJAP, além de universidades, faculdades e empresas. Também é facilitadora de cursos sobre negociação, prevenção e gestão de conflitos no relacionamento funcional em organizações públicas e privadas. Foi responsável pela iniciativa e instalação dos primeiros Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) no estado de Santa Catarina. Conciliadora desde 1999, atua como mediadora, assessora jurídica e instrutora no TJSC, promovendo práticas inovadoras e capacitação contínua para o aprimoramento do sistema de justiça.



SARAJANE RODRIGUES CANDEIA

≡ Possui graduação em Bacharel em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2008). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhangüera-SP (2008). Mestranda no Programa de Pós-graduação em (PPGE) pela Unoesc (início 2021). Formação em tutoria EaD (2019). Formação em rotinas gerenciais (2017). Formação em professor tutor (2013). Formação em docência on line (2013). Atualmente é professor titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina, atuando nas disciplinas de direito penal e direito civil; técnica judiciária auxiliar dos quadros do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, instrutora da Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e docente do Centro de Mediadores. Instrutora de mediação Judicial pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ. Conciliadora, Mediadora e Supervisora na formação de mediadores pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Assessora cooperadora no CEJUSC Estadual de Santa Catarina. Conselheira e vice-presidente do CONDIM - Conselho dos Direitos da Mulher de Joaçaba-SC. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em JUIZADO ESPECIAL, atuando principalmente nos seguintes temas: conciliação, formação, mediação, conciliadores e mediadores.

Corpo Docente CONFIRMADO



JOAQUIM TAVARES DE PALMA MUNIZ

Experiência Profissional: Joaquim de Paiva Muniz associou-se ao Escritório em 1999 e tornou-se sócio em 2006. Lidera o grupo de métodos extrajudiciais de resolução de conflito, com foco em Arbitragem e Mediação. Além disso, tem atuação consultiva, com vasta experiência em M&A, contratos de infraestrutura, mineração e regulação de petróleo e gás natural. Membro do Conselho Administrativo de Trench, Rossi e Watanabe Advogados. Trabalho no exterior: Passou no exame do New York Bar Association (Ordem dos Advogados de Nova Iorque). Prêmios e reconhecimentos: Joaquim de Paiva Muniz tem sido reconhecido por sua atuação na área de arbitragem pelos principais rankings jurídicos como Chambers and Partners por 15 anos consecutivos desde 2009, Latin Lawyer 250, LACCA Approved, IFLR 1000, Leaders League com avaliação "Excellent", The Legal 500, Who's Who Legal, IFLR 1000 e Análise Advocacia 500. Formação acadêmica: É graduado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e realizou LL.M. pela Universidade de Chicago. Atividades acadêmicas e palestras: Além disso, Joaquim de Paiva Muniz atua como professor de Arbitragem, M&A e Direito Societário em cursos de pós-graduação. Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem. É membro da Comissão de Juristas do novo Código Comercial, Ex-Secretário Geral da Comissão das BRICS do Conselho Federal da OAB. Presidente do CONIMA (Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem). Presidente da Comissão de Arbitragem da OAB-RJ. Diretor de Arbitragem do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, Diretor de Projetos do Fundo de Endowment da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Advisory Council da SIAC (Singapore Int. Arbitration Center), atuou como Coordenador do time de advogados pro bono dos jogos Olímpicos Rio 2016 e é Membro da lista de árbitros das seguintes instituições: CAM-CCBC, CPR, ICDR, CIESP. CBMA, CAMARB e CAMFIEP. Autor de diversos artigos e livros.



CESAR AUGUSTO GUIMARÃES PEREIRA

É graduado em Direito pela UFPR (1992), Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP (1998) e Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP (2005). Foi visiting scholar na área de Arbitragem Internacional da Columbia University, sob a supervisão do Professor George Bermann (2013- 2014), na área de Compras Governamentais Internacionais na European University Institute (2016) na área de Licitações Internacionais da University of Nottingham (2016). Publicou "Elisão Tributária e Função Administrativa" (Dialética, 2001) e "Usuários de Serviços Públicos" (Saraiva, 2a ed., 2008), além de diversos estudos e artigos nas áreas de Direito Público, Direito Comercial e Arbitragem. Coordenou e foi um dos autores das obras coletivas "Arbitragem e Poder Público" (Saraiva, 2010), "Regime Diferenciado de Contratações - RDC" (Fórum, 3a ed., 2014), "Infrastructure Law of Brazil" (Fórum, 3a ed., 2012), "Brazil Infrastructure Law" (Eleven International Publishing, 2016), "CISG and Latin America (Eleven International Publishing, 2016), "O Direito Administrativo na atualidade - Estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles" (Malheiros, 2017) e "Direito Português Brasileiro? (Fórum, 3ª ed. 2019). Foi um dos coordenadores da edição brasileira do livro "Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias" de Schlechtriem & Schwenzer (Thomson Reuters, 2014). Foi professor de Direito Administrativo nas Faculdades Integradas Curitiba entre 2002 e 2006 e . course leader (instrutor) da SiLS - Swiss International Law School, da Basileia (Suíça). É professor no Instituto de Direito Romeu Bacellar (Curitiba) e no Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP (Brasília). É Fellow do Chartered Institute of Arbitrators (FCI Arb) e presidente do Chartered Institute of Arbitrators Brazil Branch (CI Arb Brasil), 2019-2022. Foi presidente da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - CAMFIEP, cujos conselhos diretor e consultivo integra desde 2005. É árbitro das listas referenciais de diversas instituições arbitrais brasileiras e internacionais. Integra o Conselho Editorial da Public Procurement Law Review (Nottingham, Inglaterra). É sócio de Justen, Pereira, Oliveira e Talamini (Curitiba, São Paulo e Brasília), onde atua como advogado desde 1992 e é responsável pelo departamento de infraestrutura e corresponsável pelo departamento de arbitragem e mediação. Sua atuação profissional está focada em contratos administrativos, licitações, PPPs, projetos de infraestrutura, setores regulados, direito comercial nacional e internacional e arbitragem.



RODRIGO BERTHIER

Graduado em Ciências Jurídicas pela UNIEURO (2004). Pós-graduando em Direito Digital pela Escola Paulista de Direito. Presidente da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados da OAB/SC Membro da Comissão Especial de Proteção de Dados do Conselho Federal da OAB. Presidente da Comissão de Arbitragem da OAB/SC (2019/2022). Membro do rol de árbitros da CMAA – Câmara de Mediação e Arbitragem ACIF. Membro do rol de árbitros da CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil. Professor convidado da ESA/SC e em cursos livres como o The Legal Hub, na área de Proteção de Dados. Co-autor na obra "Comentários aos Regulamentos e Orientações da ANPD" (Revista dos Tribunais). Certificação EXIN Data Protection Officer, que engloba as certificações EXIN Data Security Management ISO27001, Privacy and Data Protection Foundation e Privacy and Data Protection Practitioner.

Corpo Docente CONFIRMADO



GIOVANNI OLSSON

≡≡≡ Doutor em Direito (UFSC). Mestre em Direito (UFSC). Bacharel em Ciências Sociais e Ciências Jurídicas (UFRGS). Ex-Membro do Conselho Consultivo e ex-Coordenador de Cursos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT/TST). Líder do Grupo de Pesquisa Relações Internacionais, Direito e Poder: Atores e Desenvolvimento Pluridimensional (CNPQ). Membro da Rede de Pesquisa de Relações Internacionais (REdRI). Professor Permanente da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó nos Cursos de Direito e RI (UNO-SC). Temas de interesse: atores internacionais, globalização, poder, direitos humanos, governança, desenvolvimento pluridimensional, educação para o trabalho, conciliação e acesso à justiça. Desde 2013, é juiz titular da 4ª Vara do Trabalho de Chapecó. Atuação nas instâncias superiores há 15 anos. Coordenador dos cursos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) de 2006 a 2016, e de 2018 a 2020, integrando também seu Conselho Consultivo. Juiz convocado pelo CNJ desde 2016 para atuar como juiz auxiliar na Corregedoria Nacional de Justiça. Desde 2020, ocupa o cargo de juiz auxiliar da Vice-Presidência do TST, onde atua na mediação e conciliação processual e pré-processual de conflitos, na condição de secretário da Comissão Nacional de Promoção da Conciliação (Conaproc-JT).



RISSIANE GOULART

≡≡≡ Advogada empresarial há mais de 20 anos. Negociadora estrategista. Mediadora Judicial e Extrajudicial certificada pelo CNJ. Negociadora estrategista. Professora de Direito Empresarial, Negociação e Mediação. Mestre em Direito Internacional nos Estados Unidos. Pós-graduada em Relações Internacionais, pelo IBMEC - Presidente da Comissão de Mediação e Conciliação da OAB/SC (gestão 2019/2021). Secretária-Geral da Comissão de Conciliação e Mediação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro Colaborador do GT do CNJ sobre o Superendividamento. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Contratual / IBDCont/SC - Diretora de Mediação da CMAA (Cmara de Mediação e Arbitragem Acif) - Membro da Comissão Especial de Mediação e Conciliação do Conselho Federal da OAB. Distinguished Neutral do CPR-NY, USA. Membro do grupo de estudos de mediação empresarial do CBAR. Juíza de competições de Mediação e Negociação na Europa, Estados Unidos e Brasil. Fundadora do escritório RISSIANE DOS SANTOS GOULART - Advocacia Negocial Estratégica. Pesquisadora Internacional em Métodos Adequados de Resolução de Conflitos: Research Group - Law, ADR and Technology. Conselheira da Cam CMR (Câmara especial especializada em reestruturação de empresas), e Coordenadora do Comitê de Mediação Internacional da MedArb RB.



FRANCISCO MAIA NETO

≡≡≡ Graduado em Engenharia Civil e Direito pela UFMG; Pós-graduado em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, onde é professor convidado; Membro da lista de árbitros de câmaras arbitrais em MG, SP, RJ, PR e DF; Autor de livros sobre avaliação, perícia, mediação, arbitragem, construção e mercado imobiliário; Presidente do IBAPE/MG (1988/1992) e do IBAPE Nacional (2003); Integrante das Comissões de Juristas do Senado Federal e do Ministério da Justiça para elaboração da Lei de Mediação e reforma da Lei de Arbitragem (2013); Vice-Presidente do CREA/MG (1992/1993); Conselheiro da OAB/MG (2010/2015); Presidente da Comissão de Direito da Construção (2011/2015) e da Comissão de Arbitragem da OAB/MG (2016/2018); Membro da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico (2013/2015) e Secretário-Geral da Comissão Especial de Arbitragem da OAB Nacional (2016/2019); Vice-Presidente Jurídico da CMI-SECOVI/MG (2012/2018); Diretor Regional para Minas Gerais do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário - IBRADIM (2018/2019) e Diretor do IBDiC - Instituto Brasileiro de Direito da Construção (2018/2020).

Corpo Docente CONFIRMADO



QUEILA JAQUELINE NUNES MARTINS

≡ Doutoranda em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2014). Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2003). Especialização pela Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (2001). Graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ (1999). Professora Titular das Disciplinas de Direito do Consumidor, Direito Processual Civil e Juizados Especiais na Universidade do Vale do Itajaí/SC. Coordenadora do Curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí/SC, nos Campus de Itajaí, Balneário Camboriú e Kobrasol (São José). Membro da Associação dos Cursos de Relações Internacionais do Brasil. Coordenadora do Curso de Capacitação em Gestão Pública da Fundação de Educação Profissional e Administração Pública - FEAPI (Prefeitura de Itajaí). Juíza Leiga no Juizado Especial Cível da Comarca de Balneário Camboriú, com Ênfase na Mediação, Conciliação e na Psicologia das Negociações. Presidente da Comissão de Direitos do Consumidor da OAB Subseção de Balneário Camboriú/SC. Membro do Instituto Brasileiro do Consumidor. Professora da Pós Graduação em Direito Empresarial e dos Negócios da Universidade do Vale do Itajaí/SC. Conselheira do Conselho Máximo Universitário da Universidade do Vale do Itajaí/SC. Conselheira do Conselho de Administração da Universidade do Vale do Itajaí/SC. Conselheira da Câmara de Ensino da Universidade do Vale do Itajaí/SC. Professora dos Cursos de Graduação em Relações Internacionais, Direito, Ciência Política, Ciências Sociais e Gestão Pública da Universidade do Vale do Itajaí. Foi Coordenadora dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais, Ciência Política e Gestão Pública da Univali. Foi Coordenadora e Membro Fundadora do INSTITUTO DE PESQUISAS UNIVALI, ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura - ProPPec - Univali. Foi Coordenadora e Membro Fundadora da Associação Catarinense dos Cursos de Ciências Sociais. Foi Coordenadora do Curso de Especialização em Ciência Política e Gestão (MBA em Ciência Política e Gestão), da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, estando vinculado ao Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Univali/Itajaí. Pesquisadora nas áreas de: políticas públicas e cidadania, racionalidade jurídica das políticas sociais no Brasil, políticas públicas setoriais, políticas sociais e ideologias políticas, constitucionalismo e política, juridicização das relações sociais, sociedade civil global, sociedade consumista, mediação de conflitos, mediação familiar, conciliação, arbitragem comercial e negociações internacionais.



NILO SÉRGIO GAIÃO SANTOS

≡ Procurador federal. Especialista em Regulação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Master of Laws em Arbitragem pela Queen Mary University of London. Coordenador da Equipe de Arbitragens da Procuradoria-Geral Federal.



MARCOS HOKUMURA REIS

≡ Brasileiro, advogado e administrador de empresas, formado em 2001 e 2002 respectivamente, Advogado com atuação e experiência em Direito Empresarial, com foco em contratos comerciais, internacionais e societários; Advogado especializado em Direito do Agronegócio, com forte atuação na emissão, estruturação e execução dos principais títulos de crédito do Agronegócio; Consultor jurídico em diversas operações societárias e contratuais de compra e venda de empresas, associações, contratos de joint ventures, bem como consultor para negociação, elaboração e interpretação de acordo de acionistas; Advogado atuante em diversos procedimentos arbitrais perante as principais câmaras arbitrais (CCI, CAM-CCBC, B3, FGV, CAMARB, CAMES, dentre outras); Sócio fundador do escritório Reis, Souza, Takeishi & Arsuffi Advocacia Empresarial; Membro da Miami International Arbitration Society – MIAS; Membro e Coordenador do Grupo Arbitragem no Agronegócio do Comitê Brasileiro de Arbitragem – CBAR; Membro da Brazilian-American Chamber of Commerce of Florida; Árbitro em diversas câmaras especializadas em Agronegócio; Coordenador do livro "Arbitragem no Agronegócio" – Autor do artigo "Títulos de Financiamento do Agronegócio e Cláusula Arbitral: coexistência pacífica e benéfica" trabalha na empresa Reis, Souza, Takeishi & Arsu Advogados. Especialista em Direito Tributário. Árbitro especializado em direito do agronegócio, comercial, contratual e internacional.

Corpo Docente CONFIRMADO



ALESSANDRA MARCON CARIONI

≡ Advogada aduaneira no Catta-Preta Salomão Advogados. Professora da disciplina de Direito Empresarial II e Direito Aduaneiro da Graduação e da Pós-Graduação da Faculdade CESUSC/SC. Professora orientadora do Núcleo de Prática Jurídica em Arbitragem - NuParb. Especialista em Direito Empresarial pela FGV/SP. Membro da Comissão Especial de Direito Aduaneiro da OAB/SP e OAB/SC. Possui graduação em Direito pela Faculdade CESUSC (2021). Atualmente é professora da Faculdade CESUSC. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito.



ROBSON FERNANDO SANTOS

≡ Pós Doutor pela Flacso/UnB. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC/PR. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó Unochapecó. Pós-graduado pela Escola do Ministério Público do Estado do Paraná FEMPAR. Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI. Advogado, sócio do Escritório Braun Advogados Associados OAB/SC 1827/2011. Coordenador Adjunto do Curso de Direito da UCEFF Chapecó/SC. Professor de Direito Penal e Processual Penal de graduação e pós-graduação. Professor Permanente da ESA/SC. Autor da Editora Dialética. Palestrante. Pesquisador em ciências criminais e justiça restaurativa. Orientador da Escola de Altos Estudos em Ciências Jurídicas do Curso de Direito da UCEFF Chapecó/SC.



DOMINGOS LUIZ PALMA

≡ Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992), Pós-Graduação em gestão de empresas (1994) e Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Atualmente, é professor de graduação, pós-graduação e palestrante na área do comportamento humano e Coordenador do Curso de Psicologia da Uceff Faculdades de Chapecó/SC.



DANIELA DE ÁVILA ZAWADSKI

≡ Possui graduação em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus Chapecó (1993), Pós Graduação em Direito Processual Civil(1997) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Professora titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Pesquisadora vinculada ao grupo Direitos Humanos e Cidadania (UNOCHAPECO). Lecionou as disciplinas de Direito das Sucessões, Estágio Supervisionado I e II e Introdução ao Estudo do Direito I e II, direito de família entre outras. Coordenou e lecionou na Pós Graduação em Direito Constitucional da UNOESC - módulo II, Coordenou o Curso de Especialização em Direito Público e Privado - Módulo I da ESMESC. Atuou na condição de Coordenadora do Núcleo de Extensão do Curso de Direito da Unochapecó e Coordenou a Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal (Escola do Ministério Público Catarinense). Professora da Pós Graduação em Processo Civil da Unochapecó, Mediação Judicial. Mediadora Judicial e Extrajudicial.